INTERPRETAÇÃO SIC 29

Acordos de Concessão de Serviços: Divulgações

O texto abaixo foi retirado do da [versão consolidada](#) das normas disponível no site do Jornal Oficial da União Europeia.

Este texto constitui um instrumento de documentação e não tem qualquer efeito jurídico. As Instituições da União não assumem qualquer responsabilidade pelo respetivo conteúdo. As versões dos atos relevantes que fazem fé, incluindo os respetivos preâmbulos, são as publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e encontram-se disponíveis no EUR-Lex. É possível aceder diretamente a esses textos oficiais através das ligações incluídas no presente documento

REFERÊNCIAS

- IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras (tal como revista em 2007)
- IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis (tal como revista em 2003)
- IAS 17 Locações (tal como revista em 2003)
- IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- IAS 38 Ativos Intangíveis (tal como revista em 2004)
- IFRS 16 Locações

QUESTÃO

1. Uma entidade (o operador da concessão) pode celebrar um acordo com uma outra entidade (a entidade concedente) para proporcionar serviços que deem ao público acesso às principais instalações económicas e sociais. A entidade concedente pode ser uma entidade do sector público ou privado, incluindo uma organização governamental. Os exemplos de acordos de concessão de serviços envolvem instalações de tratamento e fornecimento de água, autoestradas, parques de estacionamento, túneis, pontes, aeroportos e redes de telecomunicações. Os exemplos de acordos que não são acordos de concessão de serviços incluem uma entidade procurando fora o funcionamento dos seus serviços internos (por exemplo, a cafetaria dos empregados, a manutenção dos edifícios, e as funções de contabilidade ou de tecnologias de informação).

2. Um acordo de concessão de serviços envolve geralmente a entidade concedente durante o período da concessão para o operador da concessão:

- a) o direito de proporcionar serviços que dão ao público acesso a instalações económicas e sociais importantes; e
- b) em alguns casos, o direito de usar ativos tangíveis, ativos intangíveis, ou ativos financeiros especificados,

em troca do operador da concessão:

- c) comprometer-se a proporcionar os serviços de acordo com determinados termos e condições durante o período de concessão; e
- d) quando aplicável, comprometer-se a devolver no final do período de concessão os direitos recebidos no início do período da concessão e/ou adquiridos durante o período de concessão.

3. A característica comum de todos os acordos de concessão de serviços é que o operador da concessão não só recebe um direito mas também incorre na obrigação de proporcionar serviços públicos.

4. A questão é qual a informação que deve ser divulgada nas notas às demonstrações financeiras de um concessionário e de uma entidade concedente.

5. Determinados aspetos e divulgações relativos a alguns acordos de concessão de serviços já são objeto de Normas Internacionais de Relato Financeiro existentes (por exemplo, a IAS 16 é aplicável a aquisições de itens de ativos fixos tangíveis, a IFRS 16 às locações de ativos e a IAS 38 às aquisições de ativos intangíveis). Porém, um acordo de concessão de serviços pode envolver contratos executórios que não sejam tratados em Normas Internacionais de Relato Financeiro, a menos que os contratos sejam onerosos, caso em que a IAS 37 se aplica. Por conseguinte, esta Interpretação incide sobre as divulgações adicionais de acordos de concessão de serviços.

CONSENSO

6. Todos os aspetos de um acordo de concessão de serviços devem ser considerados na determinação das divulgações apropriadas nas notas. Um concessionário e uma entidade concedente devem divulgar em cada período o seguinte:

- a) uma descrição do acordo;
- b) os termos significativos do acordo que possam afetar a quantia, a tempestividade e a certeza de futuros fluxos de caixa (por exemplo, o período da concessão, as datas de reapreçamento e a base pela qual é determinado o reapreçamento ou a renegociação);
- c) a natureza e extensão (por exemplo, quantidade, período de tempo ou quantia conforme apropriado) de:
 - i) direitos de usar ativos especificados,
 - ii) obrigações de proporcionar ou direitos de esperar fornecimentos de serviços,
 - iii) obrigações de adquirir ou construir itens de ativos fixos tangíveis,
 - iv) obrigações de entregar ou direitos a receber ativos especificados no final do período de concessão,

INTERPRETAÇÃO SIC 29

Acordos de Concessão de Serviços: Divulgações

- v) opções de renovação e de cessação, e
- vi) outros direitos e obrigações (por exemplo, revisões importantes); e
- d) alterações no acordo que ocorreram durante o período; e
- e) o modo como o acordo de prestação de serviços foi classificado.

6.A. Os concessionários devem divulgar as quantias de rédito e de resultados reconhecidas no período relativamente à troca de serviços de construção por ativos financeiros ou ativos intangíveis.

7. As divulgações exigidas de acordo com o parágrafo 6. desta Interpretação devem ser proporcionadas individualmente para cada acordo de concessão de serviços ou em agregado para cada classe de acordos de concessão de serviços. Uma classe é um grupo de acordos de concessão de serviços que envolvam serviços de uma natureza similar (por exemplo, cobranças de portagens, telecomunicações e serviços de tratamento de água).

DATA DO CONSENSO

Maio de 2001

DATA DE EFICÁCIA

Esta Interpretação torna-se eficaz em 31 de dezembro de 2001.

As entidades devem aplicar as emendas do parágrafo 6, alínea e), e do parágrafo 6A aos períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2008 ou após essa data. Se uma entidade aplicar a IFRIC 12 a um período anterior, esta emenda deve ser aplicada a esse período anterior.

A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, emendou o parágrafo 5. As entidades devem aplicar esta emenda quando aplicarem a IFRS 16.